

# OLHARES SOBRE AS REVOLTAS NO MUNDO ÁRABE

SALEM H. NASSER\*

---

## RESUMO

Como indica o nome, o texto trabalha com as perspectivas a partir das quais se olha para as revoltas no Mundo Árabe e lida com os fatores que influenciam, determinam ou distorcem a percepção dos fenômenos. Isso é feito em três movimentos básicos. O primeiro deles aborda a complexidade do real, a temática das perspectivas e a questão fundamental da mídia e do acesso às informações. O segundo aporta uma leitura dos fenômenos e das suas razões marcada por um olhar e uma experiência pessoais. O terceiro discute chaves fundamentais de leitura, de análise e de representação das revoltas, chaves que se encontram em tensão e em competição: de um lado a chave da democracia e dos direitos humanos; e do outro aquela dos jogos de poder na região e no mundo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Oriente Médio, perspectivas, revoltas do mundo árabe, contra-revolução, jogos de poder.

## ABSTRACT

As the name indicates, the text works with the perspectives from which you look at the uprisings in the Arab world and deals with the factors that influence, determine or distort the perception of phenomena. This is done in three basic movements. The first addresses the complexity of reality, the theme of perspectives and the fundamental question of the media and the access to information. The second brings a reading of the phenomena and their reasons checked by a personal look and experience. The third one discusses fundamental keys of reading, analysis and representation of the riots, keys that are in tension and competition: on one hand the key to democracy and human rights, and the other that of power plays in the region and the world.

**KEYWORDS:** Middle East, prospects, uprisings in the arab world, counterrevolution, power games.

---

## **Complexidade e incerteza**

Por muito tempo ainda, o conjunto das revoltas que sacodem o mundo árabe, ainda que, por qualquer critério, um evento histórico de enorme magnitude, será um tema do presente a ser observado, pensado, avaliado enquanto se desenrola, a ser, portanto, em certa medida, adivinhado. Nem o passado, que conteria as razões dos levantes e suas condicionantes, nem o futuro de um mundo em transformação são conhecidos com certeza. Não há uma verdade a ser revelada sobre o que aconteceu e sobre o que acontece a cada instante. Não há como anunciar os resultados vindouros e muito menos os finais, se final houver.

A incerteza não decorre apenas da proximidade temporal, da concomitância entre fatos e análise. Ela é inseparável da enorme complexidade de tudo que se relaciona ao mundo árabe. Essa complexidade, em parte, está ligada à variedade e às diferenças entre os países e povos que compõem esse mundo, e, em parte, é inerente aos processos políticos do que se convencionou chamar Oriente Médio.

Diante de um cenário assim, é natural que se multipliquem as explicações e as previsões, que se multipliquem as verdades. Verdades que muitas vezes tentam avançar agendas políticas.

O que se pretende aqui é algo mais modesto: um exercício de exploração, uma tentativa de compreensão, que navega criticamente entre as várias explicações e que tenta rasgar a superfície das coisas. É um exercício que convida a pensarmos como olhamos as coisas, como elas nos são apresentadas, como queremos nos colocar diante delas.

## **Perspectivas**

Parte do exercício está em decidir, e explicitar, o ângulo a partir do qual se olha para a realidade e se tenta explicá-la.

Esse ângulo, ou a perspectiva, pode ser a de um militante: um partidário das revoltas, ou um apoiador do regime; um comunista, ou um crente nas virtudes do capitalismo e do livre mercado; um fanático da laicidade, ou um militante do islã político; um entusiasta da política dos Estados Unidos e de Israel, ou um optante pela resistência a essa mesma política etc.

Um outro tipo de perspectiva tem quem fala em nome de um dos atores políticos envolvidos ou interessados, mais especialmente quem fala enquanto representante de um Estado. Essa posição não apenas

condiciona a visão que se tem das coisas e sua interpretação, mas submete essa visão e o discurso sobre a realidade à agenda política e aos interesses do ator ou do Estado.

Há finalmente a perspectiva de quem se pretende um analista imparcial, alguém que quer descobrir a realidade objetiva e expô-la tal qual a encontra, conceber as melhores razões e desenhar os cenários mais verossímeis.

É claro que esses são apenas três exemplos de perspectiva, de lugar de onde olha e fala o observador ou aquele que nos tenta explicar um conjunto de eventos. Eles virão, muitas vezes misturados, confundidos entre si, e sempre virão conjugados com tantas outras variáveis: a história pessoal, o lugar físico em que se está ou se passou a vida, a língua que se fala e em que se coleta a informação, o público a quem se dirige etc.

Feita essa reserva acerca da improbabilidade, senão impossibilidade, da perspectiva pura, digo que pretendo adotar o ponto de vista de um analista, tão imparcial quanto possível, mas tendente a uma visão alternativa, crítica, sobre a realidade, e grandemente influenciada por uma vivência pessoal, direta, com o mundo árabe e suas narrativas acerca da própria história.

## **Mídia e informação**

Um bom lugar para iniciar a análise é a pergunta de fundamental importância: de onde vem e como nos chega a informação que nos diz o que está acontecendo, as razões do que acontece e o que resultará?

É claro que cada observador e cada público terá respostas diversas para essa pergunta essencial. Consideremos, portanto, as condições em que a informação chega ao Brasil e nele se dissemina.

Os meios de comunicação brasileiros não contam com o que se poderia considerar uma rede de correspondentes na região que lhes possa alimentar com informações de primeira mão. Quando há correspondentes, eles são poucos, normalmente afastados do olho do furacão que a cada momento se encontra em lugar diferente, raramente tem qualquer familiaridade com as línguas e os códigos culturais e religiosos locais e, salvo uma ou outra honrosa exceção, não buscam essa familiaridade e circunscrevem suas relações a interlocutores que tendem a ser, eles sim, familiarizados com e talvez simpáticos aos códigos do observador externo.

Não havendo essa presença no terreno, e ainda quando ela se dá, a dependência das agências de notícias internacionais e a reprodução daquilo que noticiam ou pensam grandes grupos de comunicação, essencialmente norte-americanos e europeus, é generalizada. Essa restrição, geográfica, por assim dizer, se explica em parte também pela questão linguística. Não podendo acompanhar o que se escreve em idiomas que não o inglês e o espanhol, ignora-se o que se diz e escreve em árabe, hebraico, persa, russo, chinês etc.

Mas a língua não é o único obstáculo, especialmente, alguém poderá dizer, quando jornais e redes de televisão, árabes, israelenses, iranianos, russos e chineses, são publicados e têm programação em inglês e espanhol e tantas outras línguas também acessíveis.

O fato é que não sobram referências à Press TV iraniana ou à Russian TV, ambas de língua inglesa. Ao que parece, há uma naturalização da credibilidade de uma CNN ou BBC e uma naturalização da desconfiança em relação a outros meios.

No entanto, por vezes são encontradas menções ao que está em Haaretz ou Jerusalem Post e até Aljazeera e AlArabiya. Será coincidência que esses sejam israelenses ou pertencentes às famílias reinantes no Catar e na Arábia Saudita? Ou seja, parece haver uma condicionante política para a fonte que se considera confiável ou digna de referência, ainda que essa ‘decisão’ não seja tomada conscientemente e talvez não seja sequer notada por quem opera no dia a dia as pequenas engrenagens de cada meio de comunicação.

Esse operador não dirá, provavelmente, que é porque Israel, Catar e Arábia Saudita são aliados dos Estados Unidos que os seus meios de comunicação ganham mais livre curso, porque provavelmente não é assim que ele vê as coisas. Mas é possível que, por razões mais ou menos explicáveis, ele “sinta” que alguns meios são mais dignos de confiança porque são os consagrados, os mais expostos, os maiores, e que outros mereçam desconfiança, porque menos conhecidos, porque ligados a determinados países ou governos, porque apresentam as coisas de um modo diferente do usual.

Nada garante que a desconfiança não seja merecida. Ela certamente cabe em muitas instâncias, mas o que interessa notar é o automatismo da confiança que se deposita nos meios usuais, o que alguém chamaria de *mainstream*, e o fechamento que exclui visões alternativas. Esses caminhos menos trilhados, ainda que pudessem ser errôneos, ofereceriam quadros mais completos da realidade,

transmitiriam um panorama mais realista sobre o que acontece, mas também – e isto é muito importante – sobre os modos como se vê e se descreve o que acontece.

Se estivéssemos mais atentos a isso, perceberíamos não só uma maior variedade de perspectivas, mas entenderíamos também que verdadeiras batalhas de informação, ou propaganda, se quisermos, que são travadas entre os veículos e entre os que estão por trás dos veículos. E isto é fundamental, um olhar mais abrangente, que nos permitisse perceber outras fontes de informação, além de nos munir de senso crítico em relação ao que seria a realidade, nos informaria sobre outros atores interessados, relevantes, envolvidos no processo histórico que se desenrola e sobre o modo como eles representam a realidade. Porque a verdade é que os eventos estão envolvidos por uma névoa de narrativas em conflito: quantas versões há para o que verdadeiramente ocorreu na Líbia, para o que se desenrola na Síria, sobre o apoio de que goza o regime, sobre a responsabilidade pela violência e pelas mortes!

Limitados como estamos, tendemos a naturalizar e incorporar como nossos os posicionamentos do que se convencionou chamar a “comunidade internacional”, composta essencialmente por Estados Unidos e seus aliados, europeus e outros, que fala pela boca de sua mídia.

Um olhar mais abrangente nos permitiria igualmente preencher algumas lacunas, alguns pontos cegos que, consistentemente ou pontualmente, se instalam na cobertura que fazem os veículos de um conjunto de eventos. A explicação para as presenças e as faltas nas pautas dos noticiários é certamente mais complexa do que se poderia explorar aqui, mas por vezes seria importante notar e fazer notar que o que nunca fez manchete ou já não faz manchete - e está por isso fora do nosso radar - não deixa de continuar e existir - está no radar de outros e pode ser fundamental para a compreensão do todo.

## **Uma perspectiva pessoal**

Que me seja permitido confessar um olhar sobre os acontecimentos que está tocado por uma história pessoal; se não por outra razão, para sustentar até o limite o argumento de que uma investigação responsável sobre o que acontece no mundo árabe – como de resto seria o caso para o que acontece em qualquer outro lugar – demanda uma consciência da pluralidade de perspectivas possíveis e um

estado de alerta sobre o ângulo de onde olhamos as coisas ou de onde nos contam sobre as coisas.

Minha história começa no Brasil, mais ou menos no mesmo momento em que os árabes sofrem uma terrível derrota militar infligida por Israel, em 1967. É um evento dos mais marcantes na questão central, simbolicamente mais potente, da região: a questão da Palestina.

Aquela derrota não apenas anunciava o agravamento e a continuidade da tragédia palestina, mas desnudava a incompetência dos países árabes no plano militar e, para quem quisesse ver, em tantos outros terrenos.

A guerra seguinte, de 1973, não teve gosto menos amargo; ainda que festejada como uma vitória, parcial, que salvava a face dos árabes, não pareceu dar outro fruto que não fosse a saída do Egito do campo dos que se opunham a Israel.

Desde então, e até hoje, salvo raras exceções, o processo que parece se desenrolar diante dos nossos olhos é o gradual abandono da questão palestina por um número crescente de atores árabes, países e outros, e um contínuo desfraldar daquilo que genericamente se pode chamar incompetência dos governos árabes, não só para afirmarem vozes independentes em defesa de boas causas no cenário internacional, mas também para a construção de sociedades, instituições e sistemas políticos saudáveis.

Para quem viveu, na condição de filho de imigrantes, uma identidade plural, em parte dominada pela imagem do árabe revolucionário, inspirado em valores, que um dia deteve o que de melhor havia na cultura e na ciência, esse quadro atual somava frustração à sensação de que ao menos desde a queda do Império Otomano os árabes perdiam ou tinham subtraídas as possibilidades de governarem seus próprios destinos.

Essa crença de que outros detêm as rédeas da vida dos árabes, tão presente no discurso mais corrente, se combinava com a persistência de governos autocráticos e autoritários, corruptos, na maior parte incompetentes, e com um ambiente muito pouco propício ao debate, à autocrítica.

## **As razões e os nomes**

Creio não errar ao dizer que muito dessas impressões pessoais podiam ser encontradas entre os árabes, dentro e fora do mundo árabe.

E creio não errar ao pensar que esses sentimentos contam entre as razões dos levantes e colorem reações ao que vem acontecendo nos últimos quase três anos.

As razões são diferentes do estopim. Como este último consagrou-se a imagem de um vendedor de legumes que na Tunísia ateou fogo ao próprio corpo. As razões – e aqui, quando há particularidades ligadas a cada país, só se pode falar genericamente – compreendem aquela frustração acumulada, a sensação de impotência, o alijamento do processo de construção e condução da política interna, a incapacidade de definir o interesse nacional – tanto de cada Estado nação quanto do que se poderia chamar a nação árabe –, e defendê-lo no cenário regional e mundial, o autoritarismo, a corrupção, a desigualdade social, a pobreza e, é claro, o esgotamento dos regimes que depois de tantos anos já não podiam seguir sem alguma mudança.

É certo que quando os revoltosos vão às ruas – pedindo primeiro reformas e logo a queda dos regimes – eles gritam slogans, agitam faixas e fazem pedidos que se poderiam resumir como um grito por maior dignidade, representada por um preço menor para o pão, acesso a emprego, redução da desigualdade e da pobreza, maior participação política, mais liberdade, maior autonomia.

O que se diz sobre as razões mais genéricas parece certo e era fácil de reconhecer no mover e nos dizeres das multidões que foram às ruas. Mas para além disso há espaço para a interpretação e para discórdia sobre o que de fato eram e representavam as revoltas.

A variedade de visões é em parte anunciada pelos termos ou expressões usados – e recusados – para nomear o conjunto de processos revoltosos: primavera, despertar, revolução, revoltas.

A primavera foi recusada por quem, ainda que contrário a alguns ou muitos dos regimes que sofriam a pressão das ruas, não conseguia ver no processo outra coisa que não fosse mais um projeto das grandes potências ou de Estados Unidos e seus parceiros para redesenhar o esquema de dominação da região, substituindo o modelo já desgastado e no limite de suas capacidades.

Primavera, assim como os nomes das revoluções coloridas, remeteria a uma espécie de etiqueta publicitária para melhor vender o que, sob a aparência de uma corrida popular em direção a dias mais brilhantes, seria um rearranjo das peças no tabuleiro regional.

Contra o despertar houve quem se insurgisse por ver na palavra uma ofensa de matriz orientalista aos povos árabes que, afinal,

revoltaram-se periodicamente ao longo do último século e mais contra potências coloniais, seus regimes clientes, a ocupação israelense e governos autoritários.<sup>1</sup>

Contra o otimismo que parece carregar o termo revolução – e ele é o preferido entre os revoltosos – levanta-se a barragem de dificuldades típicas de processos revolucionários, a sua duração no tempo, os avanços e retrocessos e, mais especialmente, o que muitos chamariam forças contra-revolucionárias. Este é um tema que ressurgirá quando falarmos adiante das chaves de leitura que tentam nos oferecer explicações sobre o que está acontecendo no mundo árabe desde a primeira eclosão em fins de 2010. Mas é certo que desde o começo, se não desde antes, há várias forças que tentam controlar e orientar as resultantes das revoltas. Isso faz com que, como disse alguém, os filhos da revolução sejam suas primeiras vítimas, os que saíram às ruas e desencadearam a série de acontecimentos que levaram à queda de regimes e a guerras civis são os primeiros a serem afastados do controle do que virá.<sup>2</sup>

Qualquer que seja a escolha de nomes, não resta dúvida de que há uma componente econômica nas revoltas. Mas sobre essa componente também há diversidade de olhares.

Houve quem considerasse que os revoltosos buscavam a liberdade do consumo, que se insurgiam contra a corrupção e a desigualdade que os excluía do mercado consumidor para o qual desejavam entrar. As revoltas seriam a consagração do mercado e do capitalismo quando os excluídos reclamavam o direito de participar do sistema.

E há quem veja as revoltas, no mundo árabe e no resto do mundo, justamente como o contrário, uma explosão de insatisfação com um sistema em que a exclusão é parte constitutiva. Afinal, praticamente sem exceção, a desigualdade, o aprofundamento da pobreza, foram, nos países árabes, agravados a partir de processos de abertura de mercado e privatizações que, ainda por cima, multiplicaram as oportunidades de enriquecimento com a corrupção e a concentração de riqueza.

Os nomes se relacionam à percepção que se tem dos eventos e à imagem que se quer passar deles. Essa percepção e a construção de imagens se relacionam aos temas centrais que gostaria de abordar e relacionar entre eles.

O senso comum tende a ver nos processos desencadeados pelas multidões na ruas e praças árabes uma oposição ou um conflito entre, justamente, as ruas, os revoltosos, a revolução, os jovens, de um lado, e cada regime, de outro lado. Ainda que num primeiro momento a coisa se



apresentasse assim, o fato é que muito cedo o número de atores interessados que passaram a compor o cenário de confronto, em perseguição de suas próprias agendas, foi se multiplicando. Ao menos, como notou alguém, há três tipos de conflito: o que opõe o povo ao regime, o que opõe o povo ao povo e o que opõe regimes a regimes.<sup>3</sup>

Essa multiplicidade de interesses em confronto é um bom ponto de partida, um bom pano de fundo sobre o qual se pode começar a pintar um panorama das várias teses sobre o que de fato está se passando no mundo árabe e as várias chaves de leitura usadas para explicar o que está acontecendo.

### **Contra-revolução, contenção e controle de resultantes**

Mas, antes de trabalharmos as teses sobre os motores fundamentais ou sobre o que de fato está em jogo, cabe uma pequena discussão sobre o tema da contra-revolução ou, se quisermos, da tentativa de contenção de danos, ou de controle dos acontecimentos, ou de captura das revoltas.

Talvez caiba acreditar que a magnitude que rapidamente adquiriram as primeiras manifestações e a força de seu impulso que levou muito rapidamente à queda de dois presidentes longevos que estavam à frente dos regimes da Tunísia e do Egito, tenham apanhado o mundo, inclusive atores bem informados, de surpresa. Ainda assim, era possível distinguir, no caso do Egito ao menos, as tentativas por parte dos militares e dos Estados Unidos, além de outros atores, de dentro e de fora da região, de, primeiro, sustentar Mubarak até onde possível e, quando a queda se fez inevitável, de substituí-lo por seus próximos e manter as forças armadas como o verdadeiro timoneiro do destino da nação.

Enquanto isso, na Líbia ninguém permitiu que a surpresa se instalasse. Muito cedo, as potências ocidentais, cuja face mais visível no caso era a França, decidiram que era preciso assumir o controle do processo e determinar as resultantes, começando pela queda de Kadafi, a partir de uma intervenção armada direta e o apoio aos grupos rebeldes armados.

No Bahrein, o menos falado dos casos agudos de revolta, uma intervenção militar saudita conteve o ímpeto dos que se manifestavam e sustentou a família reinante ao mesmo tempo em que uma espécie de *blackout* midiático fazia desse processo item fora da pauta.

No Iêmen, ao final operou-se uma transição que preserva muito das antigas estruturas do poder enquanto o presidente caído encontrava abrigo nos Estados Unidos.

O Egito, no meio do caminho, realizou eleições, inclusive presidenciais, e iniciou um processo constituinte. As eleições consagraram a Irmandade Muçulmana que realizou o grande feito de colocar um de seus membros no posto de Presidente da República. Ainda que em vários momentos, desde antes da posse, um braço de ferro entre a Irmandade e as Forças Armadas parecesse se desenrolar – com resultados favoráveis à primeira – houve quem visse na ascensão do movimento histórico do Islã político a concretização de um novo projeto de organização do poder na região. Via-se na ‘entrega’ do governo à Irmandade o anúncio do novo modelo de gestão do mundo árabe: os partidos islâmicos, munidos de grande popularidade e capilaridade nas sociedades árabes, poderiam proceder como quisessem à islamização de seus Estados, desde que não desafiassem o desenho político regional, ou seja, o alinhamento com os interesses dos Estados Unidos e a normalidade das relações com Israel.

Haveria, portanto, na consagração do governo islamista como a resultante democrática, ou ao menos eleitoral, do processo revolucionário, um desenho e uma intenção contra-revolucionários.

Acontece, no entanto, que o governo da Irmandade não durou muito, e o que seria, por qualquer padrão, a expressão máxima da contra-revolução, a volta explícita dos militares ao comando da nação, pode ser feito sem qualquer constrangimento, já que veio carregado pelos milhões que foram às ruas mais uma vez, agora para pedir a saída da Irmandade do poder e então festejar quando um senhor fardado lhes concedeu o seu desejo.

Perceba-se que à exceção da Líbia, já que apenas mais recentemente Kadafi tinha deixado o rol dos foras da lei e entrado de novo nas graças dos países ocidentais, foram mencionados casos em que a manutenção dos regimes ou, pelo menos, das políticas externas adotadas por eles, interessava ao Ocidente – leia-se Estados Unidos e seus aliados. Kadafi, o recém chegado, era mais facilmente descartável e substituível por alguém mais complacente e menos flamejante.

Dos processos mais relevantes, o único que se deu em país cujo regime não estava alinhado era o da Síria. É por isso que ali, às tentativa de contenção das manifestações e de proteção do regime, operadas pelo mesmo e por seus aliados, somaram-se as tentativas de controle ou

determinação das resultantes, operadas por outros, que pretendiam ver a Síria mudar de posição enquanto mudasse de regime.

Também ali se pensou que a alternativa que se estava aprontando era a assunção do poder por uma oposição à frente da qual se encontrava a Irmandade Muçulmana. A *débâcle* egípcia, no entanto parece ter enfraquecido o grupo em todas as frentes e, mais relevante, ou desmentiu a tese de que se estava preparando um cenário em que a Irmandade substituiria as ditaduras desgastadas no projeto de região, ou foi o acidente que fez abortar o projeto.

Percebe-se, o tema da contenção e do controle dos resultados dos processos revoltosos chama para o centro do debate o papel das mão estrangeiras na determinação dos destinos dos povos e países árabes. É usual encontrar no discurso público, no imaginário popular, nas análises dos especialistas do mundo árabe, um dedo acusador apontado para as forças de fora. Mais especificamente, as potências ocidentais, desde que dividiram a região e a subjugaram no começo do século passado, seriam as responsáveis por todas, ou quase todas, as suas mazelas. E desde que os Estados Unidos emergiram como a potência mundial que são, eles é que detêm as chaves da história e determinam em grande parte o curso dos eventos.

Isto é em alguma medida verdade e foi possível em parte porque essas potências souberam se dotar da ajuda de uma rede de governos e regimes clientes. Mas é preciso dizer que alguma responsabilidade cabe aos povos árabes e que essa incapacidade de abrir um caminho rumo à autonomia conta entre seus grandes fracassos e que a revolução, para além da derrubada de regimes, estaria na incorporação dessa responsabilidade.

### **As representações e as chaves de leitura:**

1. A chave da democracia, dos direitos humanos e da intervenção humanitária.

Como venho dizendo, há uma incerteza contínua sobre o que de fato se passa no terreno, uma dificuldade de descobrir a realidade factual que se apresenta para nós fragmentada, lacunosa, complexa e por vezes enviesada. Há também uma incerteza, ou versões diversas, sobre as razões das revoltas.

Não bastasse isso, cabe ainda um espinhoso exercício de identificação das dinâmicas fundamentais que alimentam o processo, de determinação da natureza do jogo e de seu objeto.

Esse exercício é fundamental não apenas para a descoberta da *verdade* ou de uma verdade, ou seja, para uma decisão sobre as explicações que se quer acreditar sejam determinantes; ele é essencial e crítico para a percepção de que as escolhas acerca das chaves de leitura são também o alvo de ferozes guerras de propaganda cujo desenlace decidirá as ações que empreenderemos, inspirados, ou por nossos interesses políticos, ou por nossa orientação moral.

É corrente a insistência na tese de que essencialmente o processo consiste em demandas de direitos e garantias – liberdade de expressão, acesso ao trabalho, liberdade sexual, participação política, entre outros. – em face de regimes ou sistemas decaídos – autoritários, corruptos, ineficientes, etc.

Antes de discutir a tese e seu mérito, cabe notar dois aspectos interessantes, entre tantos, dessa nossa insistência: o primeiro é que antes das revoltas, ainda que aqui e ali notássemos esse déficit, ele não merecia de nossa parte uma censura mais vocal e certamente não nos mobilizava para tentar corrigir ou ajudar a corrigir o quadro. O segundo é que essa leitura representa o processo como uma tentativa, pelos árabes, de serem como nós – definir os direitos e garantias como nós o fazemos e construir sistemas políticos que correspondam ao modelo ocidental erigido à condição de universalidade.

É apenas quando caem os regimes – na Tunísia e no Egito – e quando se quer derrubá-los – como na Líbia e na Síria – que a denúncia no Ocidente dos abusos e a insistência na tese dos direitos humanos como motor do processo se tornam dominantes.

E mais ainda quando se usa esse discurso para expressar a desconfiança em relação aos grupos políticos de orientação islamista, especialmente quando a sua chegada ao poder aparece como inevitável e ao fim se concretiza. Quando esses grupos começam a expressar suas preferências e a tentar implementar mudanças sociais, inclusive por modificações constitucionais e legislativas, toca deste lado o alarme que denuncia o risco autoritário, o caráter pouco democrático, a ameaça às minorias e à condição das mulheres, etc.

O balanço disso, pode-se sentir, é que o discurso expressa uma equiparação, descabida quando automática, entre secularismo e democracia que, mais particularmente aqui, entende como incompatíveis

o Islã e a democracia, ao mesmo tempo em que reforça um medo do islã político, parte integrante do medo corrente do Islã. Isto dito, não se pode negar que todos os países árabes apresentam graves problemas de déficit democrático e de desrespeito aos direitos humanos.

É verdade que estamos por demais acostumados a definir, a conceber os direitos humanos universalizando a construção que no Ocidente se fez deles. Daí a usual defesa que lhes opõem outras culturas. Ninguém, é claro, se declara contrário à dignidade humana; bem ao contrário, cada um se considera o mais comprometido com a mais verdadeira das concepções dessa dignidade. Apenas a definição dos direitos decorrentes dessa dignidade e sua articulação são objeto de controvérsia e contestação.

No que diz respeito aos árabes, não se deve cometer o engano de acreditar que, diferentemente de outros povos, eles não aspiram a algumas liberdades fundamentais, de pensamento e de expressão, que não desejam uma vida digna, que não buscam a possibilidade de serem em alguma medida mestres de seus próprios destinos, a possibilidade de autonomia.

Não resta dúvida de que as revoltas decorrem desse desejo que veio se expressar tão dramaticamente.

Tampouco deve restar dúvida de que praticamente todos os países árabes necessitavam de reformas profundas de seus sistemas políticos. Os vícios eram tantos que a permanência e a duração dos regimes aparecia quase como um mistério e quando hoje caem fica-se com a impressão de que o que os revoltosos fizeram foi puxar para o chão um fruto podre.

Justamente, a grande falha desses regimes, do ponto de vista de sua própria sobrevida, foi não perceberem que estavam nutrindo o germe que acabaria por lhes consumir o organismo.

Mais grave era o mal que isso causava ao organismo social e político como um todo. Por décadas, isso minou as forças das sociedades árabes e lhes retirou a possibilidade de conquistarem a autonomia tão reclamada face a forças externas.

No que concerne os países clientes dessas forças, talvez esse fosse exatamente o propósito. Mas, no que respeita aos que pretendiam trilhar curso próprio, esse foi um tiro no pé e um erro imperdoável.

Era sabido que um processo de refundação da vida social, econômica e política dessas sociedades seria um processo longo e

dolorido, ainda que não houvesse, como há, em todos os lugares, tentativas de captura do processo revoltoso e de contra-revolução. Está-se no meio desse caminho.

Acontece que essa luta, real e dolorosa, que estão travando as sociedades árabes para a sua re-constituição é-nos por vezes apresentada como uma bandeira, dos direitos humanos, da democracia e da prevenção e contenção de tragédias humanitárias, sob a qual no Ocidente deveríamos todos cerrar fileiras e intervir.

Haveria, é claro, uma pergunta a fazer sobre a possibilidade e sobre o caráter apropriado de intervir para garantir o sucesso de um projeto que se define como de autonomia. Afinal, autonomia, liberdade, democracia, são coisas que se exportam, são impostas, são vendidas, ou são conquistadas, construídas?

Admitindo-se, para argumentar, que de fato haja esta vontade externa, por aqui, de ver as sociedades árabes conquistando maior independência e construindo modelos de convivência política, econômica, social e religiosa mais saudáveis e mais performantes, seria preciso considerar as opções de que dispomos. A primeira seria desejar o melhor desde longe, respeitando a necessidade do processo ser autônomo. A segunda seria interagir e dispor-se ao diálogo com esses países para facilitar as transformações. A terceira seria intervir para impor a mudança, inclusive militarmente.

Mas essas conjecturas escondem o fato, certo a meu ver, de que quando se intervém, isso não é feito por causa dos direitos humanos ou da democracia ou para evitar catástrofes humanitárias, mas sim para salvaguardar ou fazer avançar outros interesses.

Essa primeira chave é, então, capturada por uma segunda, a dos jogos de poder.

## **A chave dos jogos de poder na região e no mundo**

Quando as revoltas começaram, na Tunísia, no Egito, na Líbia, no Bahrein, no Iêmen, houve quem comemorasse, em parte, por enxergar nos processos uma promessa de dias melhores, de mais democracia, de maior justiça social e, em parte, talvez sobretudo, por serem esses regimes vistos como clientes dos Estados Unidos e seus aliados na região.

Outros lamentavam e se preocupavam porque viam justamente os interesses desses regimes e aqueles dos Estados Unidos em perigo. Daí

as reações e as tentativas de influenciar os movimentos e controlar as resultantes.

Com base no mesmo raciocínio, houve quem, no início, pensasse que a Síria estaria em parte imune aos movimentos porque seu governo gozava, junto aos povos árabes e também de sua população, de uma reputação em parte preservada por conta de seu posicionamento, apoiado em um discurso de independência, em favor dos movimentos de resistência e em oposição aos Estados Unidos e Israel.

Essa profecia, que em parte explicava as revoltas como uma vontade de independência e de recuperação de dignidade, identificadas ambas as coisas com alguma noção de interesse comum dos povos árabes, um interesse que os devesse levar a uma resistência à dominação dos Estados Unidos, evidentemente não se realizou. Houve manifestações na Síria e houve a denúncia dos vícios de seu sistema político, econômico e social. E houve, muito cedo, violência e há hoje guerra civil.

A questão que cabe, no entanto, é se a violência e a guerra se instalaram a despeito da posição de independência e resistência da Síria, ou se se instalaram por causa dessa posição.

Não se pode em absoluto minorar ou desconsiderar as razões legítimas por que uma oposição na Síria tenha se levantado por mudanças. Mas é fato que desde o começo a posição da Síria no jogo político regional passou a se sobrepor às demandas por reforma enquanto razão última para o apoio a um dos lados no conflito interno e enquanto filtro para as versões sobre a realidade do que se passa no terreno.

Os Estados e outros atores relevantes, da região e de fora dela, percebem o mundo a agem dentro dele de acordo com seus interesses e suas capacidades; não há novidade nisso. Tampouco é segredo que esses interesses raramente ou nunca coincidem totalmente com os interesses de outros. Alguns alinhamentos são, no entanto, possíveis e de fato ocorrem.

É por isso que se explicam, tanto a formação de campos ou de alianças que perseguem objetivos comuns definidos de modo mais ou menos amplo e que se opõem a outros campos, quanto a ocorrência de comportamentos flutuantes, por vezes contraditórios, entre os membros de um mesmo campo ou de uma mesma aliança. Este é o resumo que se poderia fazer do quadro geral em relação às revoltas no mundo árabe.

É corrente – o que não quer dizer que todos estejam de acordo – uma leitura que opõe, no quadro mais amplo do que se costuma chamar Oriente Médio, dois grandes campos.

Um tem à sua frente a aliança até agora sem fissuras entre Estados Unidos e Israel. A força de tração dos Estados Unidos puxa atrás de si praticamente toda a Europa, que tende a esposar e apoiar as suas posições políticas e eventuais ações militares, assim como outros países mais ou menos relevantes.

Na região, não obstante seja o discurso oficial árabe ainda marcado por uma inimizade declarada em relação a Israel, o fato é que há um grande alinhamento de vários governos árabes com essa aliança ou, se quisermos, com os interesses e políticas dos Estados Unidos. Isto era verdade para alguns regimes que já caíram, à frente dos quais estava o governo de Mubarak no Egito, e outros que ainda persistem. Além dos árabes, é possível incluir aí a Turquia.

Certamente não conta entre esses aliados dos Estados Unidos o governo Sírio, ainda que este, em suas quatro décadas de vida, tenha em vários momentos feito prova de pragmatismo e não tenha hesitado em compor com os Estados Unidos quando necessário.

Nos últimos anos, no entanto, o afastamento se radicalizou e a Síria passou a compor, de corpo inteiro, um campo que se passou a definir como o campo da resistência. Ele reúne, essencialmente, Irã, Síria, o Hezbollah libanês e, até recentemente, o Hamas palestino.

Essa aliança se consolidou e ganhou força na medida em que o apoio oferecido pelos dois países ao grupo de resistência libanês, somado à capacidade que este tinha de aperfeiçoar permanentemente sua capacidade militar – e política, diga-se de passagem –, permitiu que algumas derrotas antes impensáveis fossem infligidas a Israel e, como consequência, estabeleceu um novo equilíbrio de forças e conferiu um poder de dissuasão antes inexistente.

Isto fortalecia a Síria, que sempre manteve um papel de fiel da balança na política libanesa e, por sua aliança com o Hezbollah, mantinha um alavancagem maior em relação a Israel e podia sustentar uma postura de independência em que o seu interesse nacional era definido nacionalmente.

Se fortalecia também o Irã, elevado pelos Estados Unidos à condição de seu mais perigoso adversário na região desde a Revolução Islâmica de 1979 e, desde então, permanentemente sob ameaça de ataque e de tentativas de derrubada do regime.



O Hezbollah, por sua vez, passou a exercer um papel cada vez mais preponderante na política libanesa – e, por conseguinte, no papel que o Líbano desempenha na região – ao mesmo tempo em que se tornava o adversário militar mais imediato e mais formidável de Israel.

O Hamas, que tinha até recentemente seu escritório político em Damasco e contava com ajuda constante do Irã, contava entre os deste campo, na medida em que mantinha a opção pela resistência a Israel e se opunha às políticas norte-americanas.

Ainda que esses atores não tivessem todos idênticas posturas em relação a Israel e Estados Unidos, o fato é que a sua contraposição ao que eles mesmos denominam de o projeto americano e israelense para a região era o aspecto determinante de sua aliança. Uma aliança que cada um deles via como veículo para a consecução de seus próprios interesses e projetos de poder.

Como indicado acima, as posições dos vários países árabes que foram submetidos à pressão das revoltas em relação a essa divisão fundamental orientou e ainda orienta o discurso e o comportamento dos demais atores interessados, em defesa e pela manutenção, na medida do possível, do *status quo*, ou em favor de sua total sublevação.

Mas não foi essa fratura a única responsável por guiar os comportamentos de quem tentava, como dito, controlar as resultantes dos processos revoltosos. À existência de dois campos bastante distintos na região é possível somar outras oposições que têm influenciado o processo.

Desde a intervenção na Líbia, Rússia e China – e em menor medida ou com menor intensidade, a Índia, a África do Sul e o Brasil – fizeram conhecer a sua discordância com o que ocorria e com o uso que fora feito do que havia sido decidido no Conselho de Segurança da ONU em relação a uma zona de exclusão aérea. Isso podia ser visto como uma posição de princípio, contrária à intervenção militar e, em parte, e certamente para alguns dos citados, notadamente o Brasil, esse era o caso.

Já em relação à Síria, a resistência Chinesa e Russa se fez notar mais claramente na medida em que iam bloqueando decisões no âmbito multilateral contrárias à Síria e que pudessem levar rumo à intervenção.

A Rússia, no entanto, fez mais. Tornou-se o mais forte sustentáculo do governo sírio – para além daqueles que não podiam faltar: Irã e Hezbollah – e, praticamente, seu patrono, fornecendo armas e apoio político e assumindo as negociações diretas com os Estados

Unidos para assegurar que qualquer processo negociador para por fim ao conflito interno e desenhar a transição a uma próxima fase conte com a participação do governo e resguarde seus interesses.

Certamente a Rússia não faz isso por alinhar-se com Irã e Síria no que respeita aos projetos em competição na região. A Rússia age para assegurar para si um lugar de poder no Oriente Médio e no mundo, partilhando efetivamente com os Estados Unidos o fardo e suas benesses.

Para além das disputas de poder político puro – se é que isto existe – há teses que denunciam uma motivação econômica de grande importância estratégica. O destino da Síria definiria o domínio sobre um óleo-gasoduto que passaria por seu território.<sup>4</sup>

Algumas outras chaves são também oferecidas. Há aquela que opõe os persas, os iranianos, aos árabes, para quem os primeiros representariam um inimigo mais perigoso ainda que os israelenses.

E há, finalmente, a mais perigosa de todas as leituras, a que concebe como a essência do que está acontecendo a oposição entre xiitas e sunitas – que em certa medida corresponde à oposição imaginada entre Irã e árabes, mas vai muito além.

A violência sectária que tem assolado a Síria, o Iraque e outros lugares, e que tem se insinuado no Líbano, é, em parte, um instrumento dos jogos de poder, um instrumento que encontra solo fértil para se alastrar. Se essa violência e o discurso que a acompanha se instalarem definitivamente, então novamente as revoltas que tomaram de assalto o mundo árabe terão traído a sua promessa e, por muito tempo ainda os árabes poderão carregar suas frustrações e mais algumas derrotas novas, e poderão ainda apontar dedos acusadores para as forças externas, e terão, apenas em parte, razão.

## Notas

---

\* Professor e Coordenador do Centro de Direito Global e Desenvolvimento da Direito Getúlio Vargas. E-mail: salem.nasser@fgv.br.

<sup>1</sup> MASSAD, Joseph. *Arab Revolts – past and present* Aljazeera. 18 de novembro de 2011.

<sup>2</sup> AGHA, Hussein; MALLEY, Robert. *The Arab Conterrevolution*. The New York Review of Books, 31 de agosto de 2011.

---

<sup>3</sup> *Idem.*

<sup>4</sup> ESCOBAR, Pepe. *Why Qatar wants to invade Syria*. Asia Times, 28 de setembro de 2012.

Data de envio: 15/03/2013

Data de aceite: 22/03/2013